



**PROCESSO N.º : 193.821-5/2024**

**PRINCIPAL : FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**

**ASSUNTO : APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

**INTERESSADA : SONIA SANTIAGO AFONSO CATANOZA**

**RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

## **DECISÃO**

Versam os autos sobre o pedido de registro do ato e da legalidade da planilha de proventos, que se refere à concessão de aposentadoria à **Sra. Sonia Santiago Afonso Catanoza**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 469.084.121-72, servidora efetiva no cargo de Professora, Classe “C”, Nível “08”, lotada quando em atividade na Secretaria de Educação, no Município de São José dos Quatro Marcos-MT.

A 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico Preliminar<sup>1</sup>, concluiu pela regularidade dos presentes autos, bem como pelo registro da Portaria n.º 13/2024.

O Ministério Público de Contas, converteu a emissão de parecer no Pedido de Diligência n.º 07/2025<sup>2</sup>, subscrito pelo Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, suscitando a citação do Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José dos Quatro Marcos, para que encaminhe a Declaração de Não Acúmulo de Benefícios Previdenciários.

### **É o relatório. Decido.**

Da análise dos autos, verifico ausência da Declaração de Não Acúmulo de Benefícios Previdenciários na concessão da aposentadoria, conforme o art. 24, § 4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019, documentação imprescindível para avaliar o benefício previdenciário.

<sup>1</sup> Doc. 562194/2025.

<sup>2</sup> Doc. 566018/2025.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO  
Conselheiro Guilherme Antonio Maluf  
Telefones: (65) 3613-7546 / 7542  
E-mail: gab.guilhermemaluf@tce.mt.gov.br

Diante do exposto, defiro o pedido de diligência do Ministério Público de Contas e **determino a intimação** do Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José dos Quatro Marcos, para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, proceda a correção elencada nesta decisão e/ou apresente justificativas que entender pertinentes.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 13 de fevereiro de 2025.

*(assinatura digital)*<sup>3</sup>

**Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator

<sup>3</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

